

Banco Central diz que ainda há R\$ 10 bilhões esquecidos em bancos

O Banco Central informou que ainda há R\$ 10,02 bilhões em recursos esquecidos por clientes em instituições financeiras no Brasil. Os dados consideram valores contabilizados até novembro do ano passado e envolvem tanto pessoas físicas quanto empresas que deixaram dinheiro parado em bancos, consórcios e outras instituições do sistema financeiro.

Segundo o Banco Central, apesar de o Congresso Nacional ter autorizado, em 2024, que o governo recolhesse esses recursos, o Ministério da Fazenda afirma que esse processo não está em andamento e que não há prazo final para o resgate pelos titulares.

Do total ainda disponível, R\$ 7,8 bilhões pertencem a 49,31 milhões de pessoas físicas. Já R\$ 2,22 bilhões correspondem a valores de 4,96 milhões de empresas. Desde a criação do Sistema Valores a Receber (SVR), o Banco Central informou que já devolveu R\$ 12,92 bilhões a clientes que realizaram a consulta e solicitaram o resgate.

O sistema permite a consulta de valores deixados para trás por pessoas físicas, inclusive falecidas, e por pessoas jurídicas. A verificação pode ser feita para contas bancárias encerradas, tarifas cobradas indevidamente, cotas de consórcio não resgatadas, entre outros tipos de recursos.

O Banco Central reforça que a consulta e a solicitação de devolução só podem ser feitas por meio do site oficial valoresareceber.bcb.gov.br. Qualquer outro endereço ou contato oferecendo o serviço deve ser considerado suspeito. Após informar CPF e senha, o usuário deve confirmar a identidade por meio do aplicativo. Em seguida, o sistema solicita um código de acesso, que precisa ser gerado diretamente no app gov.br para concluir a consulta e o pedido de resgate dos valores.

Para solicitar a devolução, o sistema exige o fornecimento de uma chave PIX. Caso o cidadão não possua uma chave cadastrada, é necessário entrar em contato diretamente com a instituição financeira para combinar outra forma de recebimento ou criar uma chave e retornar ao sistema para concluir a solicitação.

No caso de valores pertencentes a pessoas falecidas, a consulta só pode ser feita por herdeiros, inventariantes, testamentários ou representantes legais. Além disso, é obrigatório o preenchimento de um termo de responsabilidade antes de prosseguir com o pedido junto às instituições financeiras.

ACT do Itaú é aprovado

Bancárias e bancários do Itaú, da base sindical do SindBancários Petrópolis, aprovaram na assembleia desta terça (13), por unanimidade, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026 do Itaú, que tem validade de um ano e complementa a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).